

ANEXO 1

APROVEITAMENTO HIDROELÉTRICO DE FOZ TUA**Alegações da Petição da Assembleia da República****NOTA INTRODUTÓRIA**

O Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua (AHFT), que foi objecto das licenças e autorizações previstas na lei, na sequência da tramitação dos necessários procedimentos administrativos, encontra-se em fase adiantada de execução.

Os alegados impactes negativos do projecto para o ambiente e para o tecido económico nacional e local foram ponderados pelas entidades administrativas competentes durante a referida tramitação, tendo igualmente sido ponderadas as preocupações oportunamente expressas pela UNESCO em matéria de compatibilidade entre a barragem de Foz Tua e a classificação do Alto Douro Vinhateiro como património mundial.

O Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH), em que o AHFT se insere, foi lançado em 2007.

A concessão para a construção e exploração do AHFT foi atribuída à EDP Produção, por concurso público, em 2008.

Neste documento enunciam-se a visão da EDP Produção e os factos objectivos que consideramos mais relevantes no que concerne ao alegado na Petição Nº 274/XII/2ª, de forma a permitir à Comissão Parlamentar a que V. Exa. preside uma apreciação adequada dos mesmos.

1.1 ALEGAÇÕES PRESENTES NA PETIÇÃO

ALEGAÇÕES	RESPOSTA
1) Não cumpre os objetivos. Contribui com 0,1% da energia do país.	Fora do âmbito de responsabilidade da EDP – pág. 4
2) Não é necessária. Metas do PNBEPH já foram ultrapassadas	Fora do âmbito de responsabilidade da EDP – pág. 7
3) É cara. PNBEPH custará 16 000 M€ que os cidadãos vão pagar na factura e nos impostos (1600 €/cidadão).	Fora do âmbito de responsabilidade da EDP – pág. 7
4) Há melhores alternativas:	
i) Eficiência energética	Fora do âmbito de responsabilidade da EDP – pág. 9
ii) Reforços de potência	Fora do âmbito de responsabilidade da EDP – pág. 10
5) Atentado cultural.	
i) Destruirá linha ferroviária centenária;	pág. 10
ii) Destruirá paisagens naturais de rara beleza;	
iii) Põe em causa classificação da UNESCO.	pág. 11
6) É um atentado ambiental.	
i) Destruirá irreversivelmente solos agrícolas e habitats raros;	
ii) Põe em risco espécies ameaçadas e protegidas;	pág. 13
iii) Criará riscos de erosão no litoral devido à retenção de areias;	
iv) Provocará a degradação da qualidade da água.	
7) É um atentado social.	
i) A barragem será o fim das comunidades já empobrecidas do Tua	
ii) Criar emprego permanente no turismo é mais barato que na barragem.	pág. 16
iii) Há empreendimentos que se justificam mas a barragem de Foz Tua empobrece o país	

**1.2 ALEGAÇÕES PRESENTES NO MEMORANDO DA
REUNIÃO DOS SUBSCRITORES COM A COMISSÃO PARLAMENTAR**

ALEGAÇÕES	RESPOSTA
<p>Capítulo 2 Barragem de Foz Tua</p> <p>2.7) É um atentado económico.</p>	
<p>i) É posta em causa a qualidade vitivinícola desta secção do Alto Douro.</p>	<p>pág. 21</p>
<p>ii) Repor a funcionalidade da linha do Tua custaria menos de metade do que criar o fantasioso esquema proposto pela EDP e pela Estrutura Missão Douro.</p>	<p>pág. 22</p>
<p>Capítulo 3 Alternativas de Política Energética</p> <p><i>O planeamento do sistema energético nacional tem sido baseado em pressupostos ... (que) ... há muito deixaram de fazer sentido.</i></p>	
<p>3.1) ... nunca foram criados os instrumentos para levar à prática os potenciais ... (existentes)...para a eficiência energética.</p>	<p>Fora do âmbito de responsabilidade da EDP – pág. 9</p>
<p>3.2) As estatísticas mostram uma queda dos consumos de energia primária e final em Portugal desde 2005...</p>	<p>Fora do âmbito de responsabilidade da EDP – pág. 23</p>
<p>3.3) No sector doméstico, o crescimento de consumos inverteu-se por efeito de saturação e melhoria da eficiência dos equipamentos essenciais; no sector empresarial, assistimos a uma queda estrutural dos consumos por uma combinação de alterações de tipologia (encerramento de industria pesada) e progressivo investimento em eficiência energética;</p>	<p>Fora do âmbito de responsabilidade da EDP – pág. 9</p>
<p>3.4) As principais fontes energéticas têm um custo alto e tendencialmente crescente.... Todas as fontes energéticas acarretam impactes ambientais negativos, sendo sujeitas a restrições e custos crescentes: inevitavelmente isto contribuirá para a contenção de consumos.</p>	<p>Fora do âmbito de responsabilidade da EDP – pág. 22</p>
<p>3.5) O sistema eléctrico tem sido sobredimensionado... Um bom indicador é o índice de cobertura... O valor de referência deste indicador é 1,1, que respeita o duplo objectivo da segurança do abastecimento e do custo-eficácia. Esta meta foi praticamente alcançada em 2008, mas desde então o índice não para de crescer...</p>	<p>Fora do âmbito de responsabilidade da EDP – pág. 23</p>

Alegação 1

“Não cumpre os objectivos. Foz Tua faz parte do Programa Nacional de Barragens, que produziria no seu conjunto 0,5% da energia gasta em Portugal, (3% da electricidade), reduzindo apenas 0,7% das importações de energia e 0,7% das emissões de gases de efeito de estufa. Foz Tua contribuiria com uns míseros 0,1% da energia do País.”

É do nosso conhecimento que na preparação do PNBEPH as autoridades estudaram 25 aproveitamentos hidroeléctricos, tendo seleccionado 10 para concurso de atribuição das respectivas concessões. A esse concurso concorreram as maiores empresas Ibéricas do sector. A EDP apenas obteve os direitos para a construção de 3 destes aproveitamentos, Foz Tua, Fridão e Alvito, que representam 32% da potência concessionada.

Portugal tem um potencial hídrico por explorar que é dos maiores da União Europeia (54% de potencial por explorar, hoje, e cerca de 33%, ainda, em 2020).

Portugal sofre de uma grande dependência energética do exterior e assumiu, no contexto da União Europeia, um compromisso de aumentar a percentagem de energia eléctrica produzida a partir de fontes renováveis.

Por essas razões e para além da hídrica, o país está a apostar na energia eólica, cuja produção está, todavia e naturalmente, dependente da variabilidade do vento razão pela qual são necessárias fontes alternativas que entrem na rede eléctrica de forma rápida para compensar a variação de produção ou paragem dos geradores eólicos. Esta flexibilidade é uma das características positivas das centrais hídricas que, por essa via e para além da própria capacidade produtiva que lhes é inerente, introduzem melhorias de fiabilidade e segurança no sistema eléctrico português com implicações muito positivas na garantia de abastecimento.

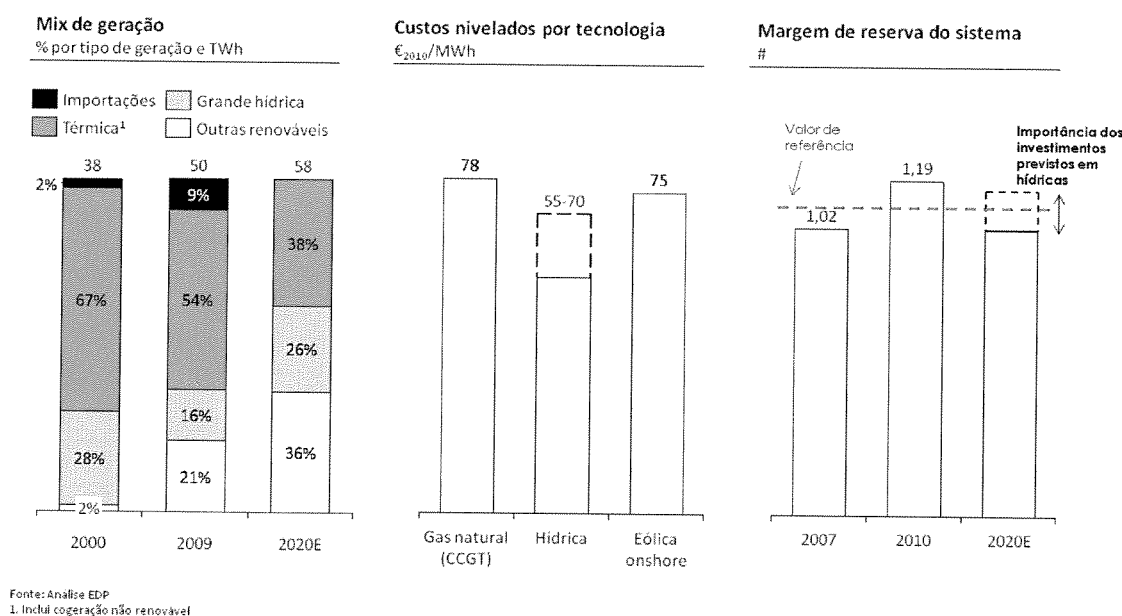
A EDP intensificou a sua atenção sobre os Aproveitamentos Hidroeléctricos nos últimos anos acompanhando a tendência da aposta nas energias renováveis e endógenas verificada, nomeadamente, a nível europeu.

Mesmo antes do lançamento do Plano Nacional de Barragens a EDP já estava a estudar a possibilidade de desenvolver reforços de potência nas centrais que possuía por forma a responder às alterações das condições de mercado e às necessidades do sistema eléctrico português.

Por outro lado, até final de 2012 atingiriam o fim de vida útil centrais térmicas clássicas do parque da EDP (Tunes, Barreiro, Carregado e Setúbal) havendo a necessidade de substituir essa capacidade produtiva para adequar a nossa produção ao consumo dos nossos clientes.

Quando o Estado Português decidiu voltar a apostar nas grandes barragens a EDP não podia deixar de responder positivamente tanto mais que essa era uma oportunidade de desenvolvimento sustentável.

A EDP está, por isso, a cumprir um plano de investimentos em energia hidroeléctrica que contribui para o cumprimento do objectivo nacional de produção com fontes renováveis, favorece a competitividade e diversificação ao sistema eléctrico e é decisivo para garantir o abastecimento das famílias e operadores industriais, comerciais, agrícolas e serviços.



Em termos médios uma central hidroeléctrica apresenta um custo nivelado inferior aos das restantes tecnologias existentes que, potencialmente, poderiam ser usadas em sua substituição para a produção de volumes semelhantes de energia eléctrica. É por isso que é competitiva em mercado.

Desconhecem-se os elementos em que os petiçãoários se basearam para estimarem o custo da electricidade que apresentam.

A realidade histórica do mercado contradiz essa estimativa. Ela situa-se muito acima do preço máximo de “ponta de consumo” verificado na Península Ibérica nos últimos cinco anos, preço esse que se prevê, aliás, que com elevada probabilidade não volte a ser atingido

num futuro perspectivável.

De todo o modo se, por absurdo, se assumisse que a central não era competitiva isso traduzir-se-ia, tão só, em prejuízo para a EDP que está a investir mais de 300 M€ neste empreendimento e venderá a sua energia em mercado competitivo assumindo todos os riscos.

Dele não resultariam maiores encargos para o consumidor que, no mercado livre onde estaremos, teria certamente opções de escolha mais favoráveis.

Deve, ainda, ter-se em conta, que todos os benefícios apresentados pelo empreendimento devem ser perspectivados, não apenas no horizonte da próxima década mas sim no tempo de “vida útil” do aproveitamento (as próximas sete décadas).

O AHFT vai produzir em termos brutos, incluindo a contribuição da bombagem, cerca de 600 GWh por ano, ou seja, reforça em 6% a capacidade de produção hidroelétrica nacional.

Esta produção é suficiente para assegurar, por exemplo, metade do consumo anual de electricidade de todo o concelho do Porto.

Em Julho de 2011, em plena crise económica em Portugal, o Governo Português reiterou o interesse da construção do AHFT, reafirmando a pertinência da execução deste investimento.

Alegação 2

“Não é necessária. As metas do Programa Nacional de Barragens já foram ultrapassadas com os reforços de potência em curso: a curto prazo dispostos no total de 7020 MW hidroelétricos instalados (o Programa pretendia alcançar os 7000 MW), dos quais 2510 MW equipados com bombagem (o Programa previa chegar a 2000 MW), sem nenhuma barragem nova.”

Dado que todas as centrais do PNBEPH irão operar em mercado competitivo, na hipótese de se construir capacidade excessiva, o prejuízo recairá sobre os promotores e não sobre o Estado Português ou sobre os consumidores.

Os subscritores da petição sustentam que a potência de bombagem de curto prazo, incluindo os reforços de potência em curso, atinge os 2.510 MW o que já ultrapassa a meta dos 2.000 MW do PNBEPH, que já teria sido, deste modo, ultrapassada mesmo sem contar com o AHFT.

O PNBEPH não inclui qualquer meta de 2.000 MW, sendo que este valor é apenas o dimensionamento indicado no PNBEPH, o qual não exclui a total liberdade dos adjudicatários para definirem a capacidade de produção para os aproveitamentos, assumindo os riscos, benefícios e ónus associados a essas opções.

Aliás, como reforço da validade e relevância da construção da capacidade mencionada no PNBEPH, o próprio PNAER elenca tanto as bombagens em construção como as que estão por construir e recomenda que todas sejam concretizadas.

Alegação 3

“É cara. As novas barragens, se avançarem, custarão cerca de 16 000 milhões de euros, que os cidadãos vão pagar na factura eléctrica e nos impostos — uma média 1600 euros por português. Com estas barragens, durante os 75 anos das concessões, as famílias e empresas pagarão uma electricidade 10% mais cara (em cima dos aumentos já previstos), a favor das empresas eléctricas, das grandes construtoras e da banca.”

Não há qualquer subsidiação na construção das novas hídricas, nem pelo Estado Português (ou seja pelos contribuintes portugueses) nem por fundos comunitários.

Pelo contrário, a EDP pagou ao Estado português cerca de 295 milhões de euros pelos direitos de concessão de três novas barragens que lhe foram atribuídas no âmbito do Plano Nacional de Barragens – Foz Tua, Fridão e Alvito.

Tal como em todos os outros casos, a Barragem de Foz Tua é um investimento privado e ficará totalmente exposto à remuneração e aos riscos de mercado. Isto significa que o promotor (EDP) assume a totalidade do risco do negócio. A construção de Foz Tua, como aliás a de qualquer outro Empreendimento do Plano, não tem portanto qualquer similitude a uma Parceria Público Privadas.

Não é verdade que os clientes da EDP, através da factura eléctrica, vão suportar este investimento. A central não recebe qualquer subsídio. Será paga pela energia que produz e receberá também um pagamento por “garantia de potência”.

O pagamento por “garantia de potência”, contrariamente ao que erradamente por vezes se diz, não é um subsídio. É, sim, a remuneração por um serviço adicional prestado pela central ao Operador do Sistema Eléctrico Nacional (REN): como contrapartida a esse pagamento a central terá de ficar disponível em permanência, 24 horas por dia, todos os dias da semana, (mesmo quando por razões meramente económicas fosse vantajoso retirá-la de serviço)

para poder ser “chamada” por aquele Operador sempre que ele considere que a Central é necessária para garantir a satisfação contínua dos consumos. Na generalidade dos países europeus os produtores de electricidade são remunerados por este serviço

A garantia de potência de Foz Tua corresponde, para o seu período total de vigência, a um montante da ordem dos 7% do investimento incorrido.

Para além de não representar um custo para o Estado, a barragem de Foz Tua gera diversos benefícios como, por exemplo, o de contribuir para a redução de importações nacionais.

A energia produzida por Foz Tua permitirá poupar cerca de 12 milhões de euros por ano em importações de combustíveis fósseis e ainda mais 3 milhões de euros com emissões de CO₂ evitadas.

Adicionalmente e porque permite o armazenamento de água de um dos afluentes do Douro e será equipada com bombagem, ela ajudará, em conjunto com as outras novas albufeiras previstas, a otimizar a utilização da água aumentando a produtividade efectiva das centrais hidroeléctricas já existentes neste rio.

A bombagem torna o sistema eléctrico mais eficiente porque permite gerir a água de forma mais sustentável, armazenando-a quando ela existe em excesso ou quando a energia eléctrica é menos necessária (períodos de baixo consumo) para poder usá-la quando há escassez ou quando a procura é mais elevada.

Este aumento de produção induzido pode representar cerca de 190 GWh adicionais, o que significa uma redução potencial de mais 4 milhões euros, todos os anos, do défice externo.

Em suma, constituindo as novas barragens um investimento privado e não subsidiado e vendendo a sua energia em mercado competitivo não há nenhuma correlação que permita inferir que elas causarão aumento no preço da electricidade.

Alegação 4

“Há alternativas melhores. Todos os objectivos de política energética podem ser cumpridos de forma muito mais eficaz e mais barata com opções alternativas, destacando-se duas medidas: (i) investimentos em eficiência energética, com custo por KWh 10 (dez) vezes menor que novas barragens; e (ii) reforço de potência das barragens existentes, com custo por KWh 5 (cinco) vezes menor que novas barragens.”

Em primeiro lugar, as alternativas apresentadas supõem uma visão de estagnação do desenvolvimento económico do país durante o período de vida da barragem, ou seja nos próximos 75 anos, visão essa que, a não ser despropositada, seria certamente trágica.

i) Investimentos em Eficiência Energética

A EDP partilha a ideia de que a Eficiência Energética é um vector da Política Energética que deve ser prosseguido com grande vigor, devendo continuar a ser uma prioridade para o país.

Todavia há que considera-la na justa medida das suas possibilidades no actual estágio de desenvolvimento das tecnologias utilizadas nos produtos e equipamentos que usam a electricidade.

Se considerarmos o impacto efectivo das medidas anunciadas nos diversos Planos de Promoção da Eficiência no Consumo de energia eléctrica (PPEC) em Portugal, disponível em www.erse.pt, facilmente se verifica que o impacto da eficiência energética não tem, infelizmente, a relevância que se pretende destacar nos argumentos apresentados. A título exemplificativo, a variação do consumo pelas medidas implementadas em 2012 representa 0,1% do consumo nacional. Se, por hipótese, considerássemos que todas as medidas de todos os planos desenvolvidos desde 2007 ocorressem concentradamente em 2012, o impacto obtido traduzir-se-ia numa redução do consumo total em, apenas, 1,1%.

Ainda que imprescindível, a eficiência energética, por si só, não é uma solução para o problema da descarbonização da economia e da dependência energética nacional. Ela constitui uma parcela importante mas insuficiente para a obtenção de um sistema energético sustentável.

ii) Reforços de Potência

A EDP tem investido tanto em novas barragens como, também, no reforço dos aproveitamentos já existentes.

Entre as obras mais relevantes da EDP Produção nos últimos anos figuram reforços de potência em Picote, Bemposta, Alqueva (já concluídos), Venda Nova e Salamonde (em curso).

Alegação 5

“É um atentado cultural. A albufeira de Foz Tua destruirá (i) a centenária linha ferroviária do Tua, (ii) um vale com paisagens naturais e humanizadas de rara beleza, com elevado valor patrimonial e turístico, e (iii) põe já hoje em causa a classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património da Humanidade.”

i) Destruirá Linha Ferroviária Centenária

A circulação na Linha do Tua está suspensa, há quase cinco anos, por razões conhecidas que nada têm a ver com a barragem.

A suspensão foi decidida em 2008 na sequência de vários acidentes graves e da incapacidade financeira do Estado para promover as obras de requalificação e de recuperação da Linha que pudessem garantir as imprescindíveis condições de segurança dos passageiros.

O Plano Estratégico dos Transportes, de Outubro de 2011, prevê a desactivação definitiva da linha ferroviária do Tua.

Há muito tempo que o transporte ferroviário já não constitui a forma principal de mobilidade de pessoas e mercadorias na região do Tua, conforme provam vários estudos independentes.

Apesar de tudo isso, e do facto de a maior parte da Linha não ser afectada pela albufeira (apenas 15 km ficariam submersos num percurso total de 57 km), uma das obrigações assumidas pela EDP consistiu, precisamente, em garantir uma solução de mobilidade quotidiana para as populações locais.

Essa solução, que assenta sobretudo em transporte rodoviário, mas também inclui opções ferroviárias, apenas se proporciona pela ocorrência da construção da barragem. Ele constitui a única alternativa viável para a revitalização da Linha do Tua.

O esforço essencial de recuperação desta ferrovia tem, no entanto, como objectivo central o seu aproveitamento turístico e, para isso, combina três modos de transporte distintos: o comboio entre Mirandela e Brunheda (numa extensão de 39,2 km), barcos de passeio entre Brunheda e a Barragem (percurso de 19,1 km) e, entre a Barragem e Foz Tua (cerca de 4 km), um veículo eléctrico sobre carris e um funicular panorâmico, que vencem a cota da barragem.

A articulação destes três modos de transporte existe em muitos parques naturais do

mundo, com grande sucesso. No caso da região do Tua, com uma paisagem natural impressionante e tendo associada uma oferta integrada de produtos turísticos, a nova solução de transporte constituirá, ela própria, factor distintivo face a outros destinos turísticos, aumentando o interesse dos visitantes pela região, à imagem do que aconteceu aliás no próprio rio Douro.

Este plano de mobilidade, a ser promovido pela Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua (ADRVT) e financiado pela EDP em 10 milhões de euros, pretende ser complementado com verbas comunitárias.

ii) Destruirá Paisagens Naturais de Rara Beleza

Os peticionários argumentam que o AHFT tem impactes graves e irreversíveis para o território. Ora, este argumento parece ignorar o facto de esta matéria ter sido objeto do procedimento de AIA a que foi submetido o AHFT e de, sobre ele, ter sido definido e incluído na DIA, um extenso número de medidas de minimização e de compensação.

iii) Põe em Causa Classificação da UNESCO

A UNESCO foi chamada a pronunciar-se, nomeadamente, por uma queixa, formalizada pela Quercus, contra a construção do AHFT, alegando os impactos negativos sobre a paisagem do Alto Douro Vinhateiro (ADV), classificado como Património da Humanidade.

Apesar de fazer parte do Plano Nacional de Energia de 1989 e do plano da Bacia Hidrográfica do Douro de 1999, o projecto desta barragem não havia sido mencionado no processo de candidatura do Bem a Património da Humanidade. O Estado Português apenas notificou a UNESCO após solicitação em 2010.

Sublinhe-se que esta barragem não será a primeira a construir dentro, ou próxima, da zona classificada como Património da Humanidade. Será a nona. As barragens de Crestuma, Carrapatelo, Bagaúste, Valeira, Pocinho, Bemposta, Picote e Miranda fazem parte da identidade do Alto Douro Vinhateiro e permitem a navegabilidade do Douro, com consequente aumento de visitas turísticas.

O impacto do projecto hidroeléctrico do Foz Tua sobre o Bem Classificado pela UNESCO é de apenas 2,9 ha, de uma área total de 24.600 ha, ou seja, corresponde a 0,0118% da área total do Bem classificado.

O paredão da barragem e a albufera estão fora da zona classificada, ainda que inseridas na zona tampão. Apenas a central de produção e as linhas de transporte eléctrico se situam dentro das fronteiras do Bem ADV.

Entre 30 de Julho e 3 de Agosto de 2012 foi constituída uma Missão conjunta WHC/ICOMOS/IUCN. A Missão visitou o AHFT e posteriormente produziu um relatório - recebido pelo Governo Português em Outubro de 2012 e, portanto, posterior ao alegado relatório enviado pela Requerida à UNESCO em 2012. Nele a Missão conclui que *"...de acordo com a informação disponibilizada pelas diferentes fontes, a construção do AHFT, de acordo com o projecto revisto, sugere ter um impacte reduzido sobre o Valor Universal Excepcional do bem [isto é, sobre o Alto Douro Vinhateiro], assim como sobre a sua integridade e autenticidade. As principais características e atributos desta região agrícola e vinhateira, com terraços com videiras, não foram afectados"*.

O relatório refere, ainda, que a barragem tem um impacto visual reduzido quer ao nível da paisagem, quer ao nível do processo vitivinícola e aplaude a opção tomada em construir a central eléctrica enterrada, solução que é considerada tecnicamente adequada.

Importa, neste ponto, referir, a adopção por parte da EDP de um novo projecto da Central e Subestação, da autoria do Arquitecto Souto Moura, que preconiza o enterramento do átrio da Central e do Edifício de Apoio, abandonando-se o projecto original em que estes elementos definitivos surgiam à superfície.

Ainda no que concerne a aspectos paisagísticos há que sublinhar que o Relatório de Missão da UNESCO suscitou a apresentação de um "Landscape Master Plan (LMP)", que traduzisse um plano geral compreensivo e holístico para toda a área intervencionada pelo AHFT e sua envolvente, sob forma de zonamento, que tivesse em conta, entre outros aspectos, que não apenas o das comunidades vegetais, os efeitos visuais da zona de construção do aproveitamento a partir do rio Douro, as questões de mobilidade (como por exemplo, o projecto para a linha ferroviária do Tua desactivada), etc.

Para cumprir esta recomendação a EDP apresentou em Dezembro de 2012 o Plano Geral da Paisagem da Zona de Construção do AHFT em Património Mundial - ADV (Landscape Master Plan), desenvolvido para a Bacia Visual Significativa da Zona de Construção do AHFT

O LMP mereceu a concordância da UNESCO, que por ter considerado que este Plano dava resposta adequada aos comentários, conclusões e recomendações do Relatório da Missão, assumiu que a construção do AHFT não punha em causa a autenticidade e integridade do bem ADV e assim, o seu valor universal excepcional (OUV).

Posteriormente o Comité Mundial da UNESCO, na terceira sessão que decorreu no Camboja entre 16 a 27 de Junho de 2013, adoptou a decisão que compatibiliza a Barragem de Foz Tua com o Douro Património Mundial, tendo requerido que o Estado Português continue a implementar as recomendações feitas pela missão conjunta no acima citado relatório.

Alegação 6

“É um atentado ambiental. A albufeira de Foz Tua destruirá irreversivelmente solos agrícolas e habitats ribeirinhos raros, porá em risco espécies ameaçadas e protegidas, criará riscos adicionais de erosão no litoral devido à retenção de areias, e provocará inevitavelmente a degradação da qualidade da água.”

Mais uma vez o argumento ignora o procedimento de AIA a que foi submetido o AHFT, bem como o extenso número de medidas de minimização e de compensação incluídas na DIA.

Todo o processo de concepção e implementação das medidas compensatórias está a ser acompanhado com a assessoria de peritos universitários de reconhecida competência quer a nível nacional quer internacional, nomeadamente através da assessoria prestada pelo MIT Portugal, pelo Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO), pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e pelo ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa.

No que diz respeito aos supostos danos causados pelo AHFT em matéria de utilização dos solos, importa considerar o seguinte:

- a) A área total de terreno que foi desmatada e alterada, em resultado das actividades e trabalhos já executados pela construção do AHFT, corresponde ao conjunto das áreas estritamente necessárias a intervencionar quer para implantação dos elementos definitivos de superfície do Aproveitamento (como por exemplo, acessos, barragem, central e subestação, tomada de água, restituição, posto de observação e controlo, etc.), quer pela implantação de elementos temporários e áreas de apoio à obra (como sejam, acessos de trabalho, escombreyras e estaleiros diversos industriais e sociais), em

conformidade com o Projecto aprovado.

- b) O impacte gerado nas áreas afectas à zona de construção do aproveitamento constitui um impacte expectável e tido como certo, à semelhança do que ocorre em obras de natureza e dimensão semelhantes à do AHFT. Ele foi identificado e avaliado nos procedimentos prévios, requeridos, de análise de impacto ambiental e considerado como mitigável no que respeita às áreas afectadas temporariamente pela obra.
- c) Com o objectivo de minimizar o impacte gerado nas áreas afectas à zona de construção do aproveitamento, foi entregue, de acordo com a DIA e no âmbito do RECAPE do AHFT (Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução), o Projecto de Recuperação Ambiental e Integração Paisagística (PRAIP) (Elemento nº 17 - RECAPE), sob forma de Projecto Base. Esse documento explicita as principais estratégias de intervenção e soluções tipológicas (de modelação do terreno e tratamento vegetal) adoptadas. No início de 2011 o PRAIP foi reformulado em sede de RECAPE (2º Aditamento ao RECAPE, Março de 2011), por forma a dar cumprimento a aspectos referidos no parecer da Comissão de Avaliação.
- d) No âmbito do RECAPE do AHFT e respectivos aditamentos, foram previstas na zona de construção do AHFT, diversas medidas com vista à conservação e recuperação de flora e habitats sensíveis e com valor conservacionista, nomeadamente:
- o estabelecimento de "Áreas de Afectação Interdita", consignadas como condicionamento para a fase de construção da obra;
 - Planos de Intervenção nas áreas a Jusante da Barragem, para a fase de construção e exploração do aproveitamento, que têm como alvo assegurar a conectividade ecológica, e manter ou recuperar o estado de conservação favorável dos habitats naturais, das comunidades de leitos de cheia e das comunidades rupícolas termófilas (onde se inclui, entre outras acções, o controlo de espécies exóticas invasoras);
 - a Irradicação de Espécies Invasoras na Zona Infestada (áreas detectadas e identificadas na zona de construção do AHFT, a jusante da barragem - *Opuntia* sp., *Ailanthus altissima*, *Arundo donax*), com a consequente manutenção do coberto vegetal original de revestimento do solo.

Mais recentemente, foi desenvolvida uma versão mais actualizada do PRAIP. Esta versão foi entregue à Comissão de Avaliação em Julho de 2012 e ainda nesse ano, integrou o conjunto de documentos remetidos à UNESCO, na sequência do Relatório de Missão Conjunta da UNESCO acima referida.

Na fase de Estudo de Impacte Ambiental foram, como exigido, avaliadas eventuais consequências na qualidade da água do rio Tua, que tal como sucede nos principais afluentes, está a ser monitorizada desde 2009, em 18 pontos diferentes.

Ao longo da exploração da barragem, a qualidade da água será monitorizada pela manutenção do programa de Monitorização dos Recursos Hídricos e estão previstas medidas de actuação destinadas a prevenir ou corrigir a ocorrência de fenómenos pontuais de degradação, possíveis de acontecer em longos períodos de seca.

Será também realizado um programa de desmatização da albufeira (em fase de preparação) que visa reduzir a carga de matéria orgânica na futura albufeira.

Para a avaliação dos impactes dos Recursos Hídricos Superficiais decorrentes da implementação do AHFT foi adoptada uma abordagem teórico-prática, concordante com a definição das prioridades da UE para o processo de AIA, tendo por base: a recolha e análise bibliográficas de artigos e documentos científicos em matéria de qualidade de água em albufeiras de centrais hidroeléctricas; o tratamento, análise e avaliação de dados de monitorização de uma série de 10 a 20 anos para albufeiras existentes na região norte do País; dados anuais relativos aos volumes bombados e turbinados, as afluências naturais e o volume total e útil da albufeira; análise cruzada e articulada da componente qualidade de água e ecossistemas aquáticos.

Em termos gerais, é sabido que a qualidade dos cursos de águas naturais - águas lóticas - depende principalmente das características climáticas e geológicas da bacia de drenagem, sendo que a constituição de uma albufeira, ao reter e armazenar a água - águas lênticas - provoca, inevitavelmente, uma alteração da qualidade da água, ao nível físico, químico e biológico.

Atendendo a que se trata de uma albufeira com uma capacidade relativamente pequena (106 hm³ de volume total), cuja água será renovada com muita frequência devido às características e caudal próprio do rio Tua, não se prevêem efeitos significativos sobre a qualidade da água; acresce ainda o efeito esperado do Plano de Ordenamento da Albufeira

deste empreendimento visa precisamente, entre outros fins, a salvaguarda, protecção e gestão da água da albufeira.

De referir ainda que, no âmbito das obras de construção, todas as captações de água e descargas de águas residuais foram licenciadas e estão a ser cumpridas todas as obrigações legais constantes das respectivas licenças.

Para além disso, será possível utilizar a água da albufeira para outras utilizações que não a produção de electricidade as quais ficarão previstas no Plano de Ordenamento da Albufeira, conforme aprovação das autoridades oficiais competentes

Alegação 7

“É um atentado social.

i) A barragem será o fim das comunidades já empobrecidas do Tua, e mais um golpe nas perspectivas de desenvolvimento de Trás-os-Montes, pela perda da mobilidade ferroviária e de produtos turísticos valiosos como os desportos de águas bravas e a ferrovia de montanha. ii) Criar um emprego permanente no turismo é 11 (onze) vezes mais barato que um emprego na barragem. As migalhas espalhadas pela EDP nunca compensarão a destruição dos valores e identidade desta maravilhosa região.”

i) A barragem será o fim das comunidades já empobrecidas do Tua

Este argumento está longe de se basear na realidade comprovável.

Durante a construção haverá uma ocupação média de 800 trabalhadores directos na obra, durante 5 anos, esperando-se vir a atingir 1.000 pessoas no pico da obra. No que respeita a trabalhadores indirectos, a EDP estima que serão criados cerca de 3.000 postos de trabalho. A mobilização destas pessoas pela obra proporcionará, por sua vez, o desenvolvimento de actividades de apoio, especialmente na restauração e alojamento.

Os 4.000 postos de trabalho, directos e indirectos, criados durante os cinco anos de construção, são a expressão de um importante contributo da barragem para a dinamização da economia local, mas todos concordam que não se tratam de empregos duradouros, nem resultam de novas fórmulas de estímulo à sociedade e à economia. Essa é, no entanto, a missão essencial da Agência de Desenvolvimento do Vale do Tua, para o efeito constituída, a quem competirá dinamizar e desenvolver projectos e de ideias, de obter recursos para os

financiar e de fomentar formas de “governance local” capazes de inspirar novas atitudes no Poder Local.

A ADRVT, apesar de ter apenas cerca de um ano de funcionamento, já herdou um conjunto de programas, algumas ideias e muitas iniciativas que a Fundação EDP e a EDP entretanto foram criando no território. Muitas delas acabaram por ser transformadas em obrigações legais, por exemplo:

- A criação de emprego na região com programas de empreendedorismo, para o qual está cativado um valor de 700 mil euros; o Programa Junior Achievement, como medida de fixação dos jovens na região através da sua capacitação para o empreendedorismo, que já vai na terceira edição.
- O Centro Interpretativo do Vale do Tua, no valor de 2,5 milhões de euros, a localizar-se na estação do Tua e integrado na “nova oferta” construída a partir da mobilidade turística, que inclui a parte substancial da Linha ferroviária que não será tocada pela albufeira.
- O Parque Natural Regional que está a ser concebido para, simultaneamente, salvaguardar a natureza e biodiversidade e potenciar o turismo rural, natureza e náutico, e que tem à partida garantido um orçamento mínimo de 525 mil euros por ano. Neste âmbito está prevista a certificação de produtos da região com a criação de uma marca de Denominação de Origem Protegida (DOP), abrindo oportunidades de mercado para o desenvolvimento dos produtos regionais e artesanais onde o turismo poderá dar um impulso significativo.
- A Integração de Foz Tua, através de projecto já realizado pelo arquitecto Souto Moura e de uma obra original de um artista plástico com projecção internacional, no Circuito de Arte e Arquitectura (Pritzker Prizes) de Barragens EDP no Douro.
- A recuperação do património arqueológico nos 5 concelhos abrangidos pela albufeira, no valor de 1,58 milhões de euros.
- A requalificação das acessibilidades em torno da futura albufeira, no valor de 2,4 milhões de euros.

- Outros programas de combate à desertificação interior, como é o caso do programa dos Novos Povoadores, que já trouxe famílias das cidades litorais para Alfândega da Fé (Sabor) e Alijó (Tua).
- O investimento social, nomeadamente através do programa EDP Solidária Barragens (apoio a projetos sustentáveis, promotores da melhoria da qualidade de vida de pessoas socialmente desfavorecidas e integração de comunidades em risco de exclusão social) e das Orquestras Geração (integração social de crianças e jovens em risco de exclusão social, através do ensino da música clássica) já constituídas em Mirandela e Murça, bem como em Amarante.

Este tem sido um dos aspectos mais distintivos e inovadores da intervenção que está a acontecer no Tua uma vez que com o lançamento destes projectos e iniciativas pretende-se contrariar a longa tendência de regressão demográfica e social de Trás-os-Montes e Alto Douro. São programas orientados para a criação de oportunidades e para a mudança de atitudes colectivas, mais do que para a subsidiação e o apoio financeiro avulso.

Embora se possa pensar que não há empreendedores numa economia regional tão frágil, o que é facto é que a realidade o tem desmentido. Os programas de empreendedorismo implementados nas regiões do Sabor e Tua - Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça, Vila Flor, Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro e Torre de Moncorvo - foram decisivos para o aumento da capacidade empreendedora local. Nestas regiões foram realizadas 10 Jornadas Municipais de Empreendedorismo que envolveram mais de 100 entidades e onde participaram mais de 1200 pessoas entre empresários e potenciais empreendedores. Adicionalmente foram realizados quatro grandes eventos de entrega de Prémios EDP Empreendedor Sustentável, que premeiam as melhores ideias/negócios e duas conferências "Empreendedorismo e dinamização das economias locais" e "Exportar Trás-os-Montes e Alto Douro", que reforçam o compromisso assumido com estas regiões.

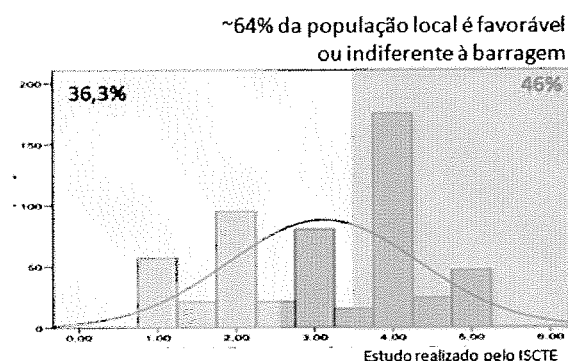
As medidas de fomento do empreendedorismo respeitantes aos quatro programas concluídos até 2013, nas regiões do Sabor e Tua, permitiram a formação de 325 empreendedores, a criação de 156 novas empresas e de 203 novos postos de trabalho na região e gerando um volume de negócios expectável superior a 14,5 milhões de euros.

No que concerne, exclusivamente à região abrangida por Foz Tua, a primeira edição do programa de empreendedorismo teve a adesão de 157 participantes, permitiu o arranque de 44 novos projectos de negócio a criação de 57 novos postos de trabalho na região e irão gerar um volume de negócios expectável superior a 3,5 milhões de euros. A segunda edição encontra-se já em curso. Os Recursos financeiros estão garantidos pela existência da Barragem. As várias iniciativas de natureza económica, ambiental, social, cultural a desenvolver no âmbito da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) do AHFT implicam investimentos locais da EDP na ordem dos 60 milhões de euros. Na fase de exploração, e durante todo o período da concessão, a Agência receberá 2,2% das receitas líquidas geradas anualmente pela barragem, podendo assim alavancar outras fontes de financiamento para projectos próprios.

Todo este investimento não faria sentido para a EDP se a vontade das pessoas que vivem na região não fosse tida em conta e, por isso, a primeira coisa que fez foi ouvi-las.

A opinião pública generalizada das comunidades sobre este projecto é favorável, existindo muitas expectativas sobre os impactos positivos que este aproveitamento terá na economia da região, quer durante o período de construção, quer posteriormente, quando em exploração, com a aplicação das medidas de compensação ambientais previstas.

Segundo um inquérito realizado pelo ISCTE a 500 famílias residentes nos cinco municípios do Tua, ainda antes do arranque das obras e dos programas socioeconómicos promovidos pela Fundação EDP, apenas menos de um terço da população se manifestou contra a barragem.



ii) “Criar emprego permanente no turismo é 11x mais barato que 1 emprego na barragem. As migalhas espalhadas pela EDP nunca compensarão a destruição dos valores e identidade desta maravilhosa região.”

Para além de tudo o que foi dito anteriormente consideramos relevante comunicar que na futura albufeira de Foz Tua, e na sua área envolvente o Plano de Ordenamento de Albufeira que está já em elaboração, serão definidas regras de utilização enquanto albufeira de águas públicas.

A presença da albufeira tornará possível o aparecimento de praias fluviais, de “marinas”, bem como a navegabilidade de recreio, os desportos náuticos, a pesca desportiva e as actividades balneares que contribuirão para o aumento dos atractivos locais, nomeadamente o turismo e o comércio, hotelaria e restauração. Ao nível desportivo, modalidades como a pesca, a vela, o remo e a canoagem beneficiam também da existência das albufeiras.

Existem muitos exemplos em Portugal que comprovam que o aparecimento das albufeiras potenciou o desenvolvimento do turismo e dos desportos náuticos como são o caso de Caniçada, toda a cascata Douro Nacional navegável, Miranda, Castelo de Bode e Alqueva, entre outras.

Adicionalmente, uma barragem por si só constitui uma obra de engenharia de excelência, o que a pode tornar também um motivo de atracção turística e educativa. A título de exemplo refira-se que cerca de 40 mil pessoas visitam anualmente as barragens da EDP sem que haja qualquer acção de marketing activa para este efeito e concretamente no ano de 2011, o aproveitamento hidroeléctrico do Alto Lindoso foi visitado por mais de 15 mil pessoas.

ALEGAÇÕES PRESENTES NO MEMORANDO DA REUNIÃO SUBSCRITORES COM A COMISSÃO PARLAMENTAR EM 10 OUTUBRO DE 2013

Para além das sete alegações feitas na Petição nº 274/XII/2ª, os subscritores acrescentaram novos argumentos no Memorando da reunião que tiveram no dia 10 de Outubro de 2013 com a Comissão Parlamentar do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local a que julgamos importante dar igualmente resposta.

1. “É um atentado económico. Desde logo (i) é posta em causa a qualidade vitivinícola desta secção do Alto Douro, devido ao sério risco de alterações microclimáticas. Desaparece totalmente a possibilidade de rentabilizar activos turísticos de alto valor, como os desportos de águas brancas, a ferrovia de montanha, uma futura ligação ferroviária entre o Douro e Sanábria, o ecoturismo e o turismo cultural no vale do Tua. Criar um emprego permanente em turismo no vale do Tua é 11 (onze) vezes mais barato que um emprego na barragem. (ii) Repor a funcionalidade da linha do Tua custaria menos de metade do que criar o fantasioso esquema proposto pela EDP e pela Estrutura de Missão do Douro.”

i) “É posta em causa a qualidade vitivinícola desta secção do Alto Douro”

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro avaliou os potenciais impactes da criação da albufeira de Foz Tua na cultura da vinha e do olival. Esse estudo conclui que, a verificarem-se, as alterações provocadas pela nova albufeira nos níveis da precipitação e das temperaturas serão muito reduzidos.

Poder-se-á verificar um ligeiro aumento da humidade nas zonas mais próximas da superfície e deverá também diminuir a ocorrência de fenómenos como geadas e picos de calor. Prevê-se que a presença da albufeira tenha influência positiva na maturação da Vinha, mas deverá ser dada atenção à prevenção de doenças como Míldio e Oídio.

Quanto à cultura do olival, a UTAD conclui que a qualidade do azeite produzido no vale sofra uma ligeira melhoria. O único alerta é para que o ligeiro aumento de fenómenos de nevoeiro possa dificultar a colheita, mas apenas nas zonas mais próximas da superfície da albufeira.

Tal como recomendado no estudo, está ser implementado um programa de monitorização do Clima, processo já iniciado pela EDP que inclui a instalação de 3 estações de monitorização climática e 9 sensores ambientais a colocar a diferentes cotas na envolvente da albufeira, permitindo o seguimento dos principais parâmetros climáticos.

ii) “Repôr a funcionalidade da linha do Tua custaria menos de metade do que criar o fantasioso esquema proposto pela EDP e Estrutura de Missão do Douro”

Quanto à reposição da mobilidade ferroviária, cumpre referir que a EDP se comprometeu desde o início, em termos de apoio financeiro, em contribuir para o plano de mobilidade com 10 milhões de euros, que abrange o percurso desde a estação ferroviária do Tua até à cauda da albufeira.

O resto do plano, que contempla a recuperação da linha férrea existente entre a cauda da albufeira e Mirandela, está previsto ser coberto por fundos comunitários através de uma candidatura a ser desenvolvida e apresentada pela ADRVT.

2. “As estatísticas mostram uma queda dos consumos de energia primária e final em Portugal desde 2005, e uma tendência de queda do consumo de electricidade desde 2007 (apenas com excepção do ano 2010) — muito antes da crise e dos seus efeitos;”

Os petiçãoários sustentam que o pressuposto de que o consumo de electricidade continua a crescer é factualmente falso e conceptualmente errado e que existe uma queda no consumo de electricidade desde 2007. Ora este argumento é contraditado pelos últimos dados das Redes Energéticas Nacionais (REN) que abaixo se apresentam

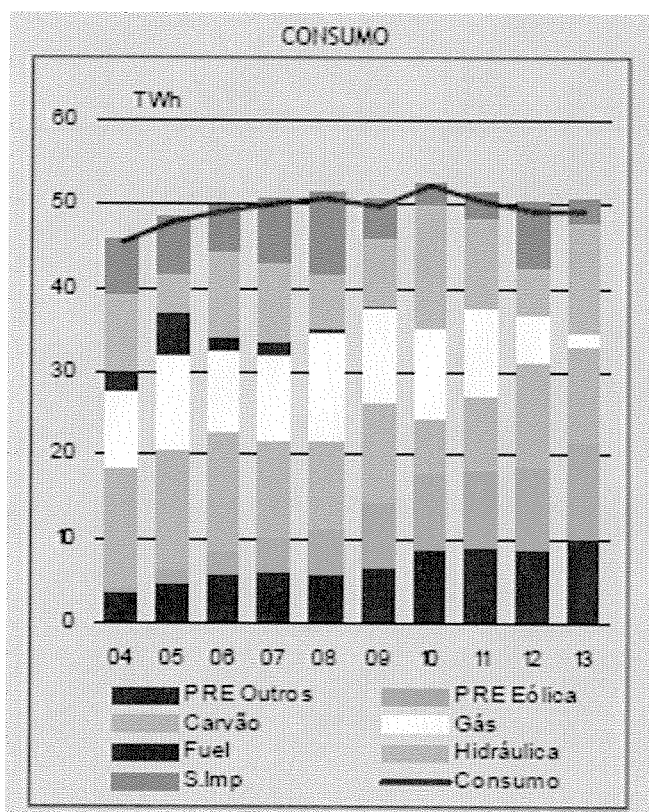


Figura 1 Estatística Anual 2004-2013 Electricidade (Fonte: REN)

De facto o consumo subiu sempre até 2010 com a excepção do ano 2009. Nos anos seguintes, 2011 e 2012, o consumo decresceu efectivamente.

Essa a redução de consumo foi, também, verificada no resto da Europa e deveu-se, na sua generalidade, à crise e contracção económica ocorrida.

Essa dinâmica é de fácil visualização comparando directamente a variação do PIB (-1,3% em 2011 e -3,2% em 2012) com as variações do consumo eléctrico (-3,3% real em 2011 e -2.3 teórica e -2,9% real em 2012, -3,6% teórica).

Para além disso acresce que no ano passado (2013) a tendência do consumo voltou a inverter-se e subiu 0,2% face a 2012 segundo dados recentemente divulgados pela REN.

Importa referir que há vários factores que podem induzir um crescimento do consumo em Portugal e que não podem deixar de ser referidos. Em primeiro lugar, o consumo eléctrico *per capita* português está 40% abaixo da média europeia. A convergência de Portugal para um nível médio de desenvolvimento em termos da UE, implicará tendencialmente um aumento do consumo de electricidade mesmo que sejam implementadas políticas vigorosas de incentivo à eficiência energética.

Ainda assim, e como se refere no próprio PNAEE, uma das vias mais relevantes para o incremento da eficiência energética passa pela electrificação do consumo que ainda que conduza a um aumento do consumo de electricidade conduzirá a importante redução de combustíveis fósseis (electrificação dos transportes, aquecimento com bombas de calor, etc).

3. “O sistema eléctrico tem sido sobredimensionado, em parte devido às previsões grosseiramente optimistas de consumos futuros, em parte para favorecer o sector eléctrico e da construção. Esta é uma das causas do excesso de rendas eléctricas, que há muito deixaram de ser justificadas pela segurança do sistema. Um bom indicador é o índice de cobertura, igual ao quociente entre a potência efectivamente disponível no sistema produtor (considerado as restrições de cada central) e o pico de potência pedido à rede. O valor de referência deste indicador é 1,1, que respeita o duplo objectivo da segurança do abastecimento e do custo-eficácia. Esta meta foi praticamente alcançada em 2008, mas desde então o índice não pára de crescer (cf. Figura 5), prevendo-se que venha a ultrapassar 1,4 com as novas barragens — 4 vezes a reserva de potência necessária.”

O sistema eléctrico tem que ter obrigatoriamente capacidade de reserva ou seja, tem que estar acima do valor de referência 1,1, para que possa garantir a segurança de abastecimento ao consumidor.

Por outro lado, é importante salientar que o excesso de capacidade penaliza o promotor e nunca o consumidor, na medida em que o preço médio de venda de electricidade em mercado é inversamente proporcional ao índice de cobertura.